

Valor Econômico, 14 de julho de 2021

Especialistas veem avanços em norma apesar de distorções

Para eles, medida provisória cumpre propósito de privatizar Eletrobras

Por: Gabriela Ruddy e Francisco Góes

Especialistas no setor elétrico e advogados ouvidos pelo Valor elogiaram a capitalização da Eletrobras sancionada, via medida provisória, pelo presidente Jair Bolsonaro. A MP, dizem, cumpre o propósito de privatizar a empresa, apesar dos “jabutis” inseridos na tramitação, no Congresso Nacional e de controvérsias sobre a redução de custo futuro da energia elétrica.

Para David Zylbersztajn, ex-secretário de Energia do Estado de São Paulo que coordenou privatizações de estatais estaduais de energia elétrica e gás natural nos anos 1990, a MP atingiu seu objetivo principal, que é a viabilização do processo de privatização da Eletrobras. “O essencial ficou. O governo deixar de ter a maioria no capital da Eletrobras é o mais importante”, afirmou.

Para ele, a previsão de contratação de térmicas mantida na versão final do texto pode ter efeitos positivos: “Não acho errado interiorizar térmicas e viabilizar gasodutos, faz sentido esse processo de interiorizar o gás natural. Em tese, pode encarecer a conta de energia, mas a geração térmica vai precisar aumentar no Brasil como um todo.”

O advogado Fabiano de Brito, sócio do Mattos Filho e especialista em infraestrutura e energia, afirmou que a Eletrobras teve um papel histórico e fundamental na criação do setor elétrico no país, mas vem perdendo espaço desde as reformas dos anos 1990, que resultaram no setor diversificado e globalizado como se conhecemos hoje. “A capitalização aprovada agora, portanto, faz parte de um processo maior, de continuar a modernização do setor que se iniciou nas últimas décadas.”

Segundo ele, independentemente da discussão de “jabutis” e seus custos, a privatização vem “em boa hora”, em momento em que o setor não depende

de recursos públicos e recebe cada vez mais investimentos privados, seja no mercado regulado, seja no mercado de livre de energia.

Para coordenador do Grupo de Estudos do Setor Elétrico da Universidade Federal do Rio de Janeiro (Gesel-UFRJ), Nivalde de Castro, os vetos feitos pelo presidente na MP deixaram passar os aspectos do texto que podem levar a aumentos tarifários para os consumidores no futuro, como a contratação de 8 mil megawatts (MW) de usinas térmicas a gás natural e a prorrogação dos contratos do Programa de Incentivo às Fontes Alternativas de Energia Elétrica (Proinfa).

Para ele, a falta de justificativa econômica para alguns dos temas mantidos na versão final da MP pode levar a judicializações no futuro. “Os vetos foram relacionados aos temas que não afetam o relacionamento do governo com o Congresso. Faltou vetar os benefícios que estão sendo dados sem a menor racionalidade econômica. Aceitar os ‘jabutis’ para privatizar a Eletrobras mostra falta de capacidade de articulação e de força política do Ministério da Economia no Congresso”, afirmou.

Tiago Figueiró, sócio do Veirano Advogados, disse que a lei acabou por manter temas polêmicos, como a obrigatoriedade de contratação de projetos termelétricos em regiões, o que contraria a tradição de definições técnicas e econômicas por parte de MME e Aneel. Por outro lado, com o veto presidencial ao artigo 29, que criava nova metodologia de eleição da diretoria do ONS, na qual 3 de 5 diretores, incluindo o diretor-geral, seriam indicados pelo governo e referendados pelo Senado, o texto final protege a autonomia e diminui o risco de politização do operador nacional do setor elétrico.

Fonte original:

<https://valor.globo.com/brasil/noticia/2021/07/14/especialistas-veem-avancos-em-norma-apesar-de-distorcoes.ghtml>